

P 1894**Dificuldades de fiscalização do uso de drogas no trânsito: a lacuna entre a lei e a rodovia**

Larissa Gomes de Mattos; Roberta Bristot Silvestrin; Giovana Brolese; Aurinez Rospide Schmitz; Veralice Gonçalves; Sibebe Faller; Carla Dalbosco; Lísia von Diemen; Flavio Pechansky - HCPA

Introdução: Segundo as leis de trânsito brasileiras é proibida a condução de veículos automotores sob efeito de álcool ou outras Substâncias Psicoativas (SPA) que determinem dependência. Porém, o impacto do uso de álcool e outras SPA no trânsito brasileiro evidencia uma lacuna entre a legislação e a aplicação da mesma, o que tem origem na capacitação das polícias, inconsistência entre as leis e condições de práticas policiais ou uma rede truncada no encaminhamento de infratores. **Objetivo:** Avaliar a percepção de dificuldades de fiscalização de condutores sob efeito de álcool e outras SPA entre Policiais Rodoviários Federais (PRFs) brasileiros. **Métodos:** 1935 PRFs de todo o país responderam a um questionário. Os dados foram analisados utilizando-se o SPSS v.18.0 e regressão de Poisson foi utilizada para avaliar o impacto de diferentes fatores no desfecho de aplicar o etilômetro em todas as abordagens. $P < 0,05$ foi utilizado como estatisticamente significativo. **Resultados:** Mais de 90% da amostra disse acreditar que o uso do etilômetro pode reduzir a quantidade de acidentes de trânsito. Entretanto, 53,5 % dos policiais afirmaram encontrar dificuldades no encaminhamento legal do condutor infrator mediante etilometria superior a 0,34 dg/mL. Nesse caso, observamos que a chance desses policiais solicitarem o teste do etilômetro é 18% menor ($p < 0,01$, $PR = 0,802$). Dentre as dificuldades mencionadas estão o encaminhamento para a Polícia Civil, o qual é prejudicado por problemas que vão desde a infraestrutura até a desvalorização de crimes de trânsito, além de carências na própria PRF. Além disso, 30% dos participantes disseram ter dificuldades no encaminhamento de infratores ao sistema de saúde. Ainda, 58% afirmaram não se sentirem aptos a avaliar se o condutor está sob efeito de outras SPA. Mais de 40% dos policiais entrevistados diz não sentir ter suporte legal para multar alguém por dirigir sob a influência de drogas que não o álcool. **Conclusão:** Apesar de estarem cientes da importância da fiscalização do uso de drogas ao volante, os policiais encontram obstáculos que dificultam a aplicação das leis de trânsito brasileiras. Frequentemente, as dificuldades de encaminhamento legal dos condutores infratores. Desta forma, além de melhorar a estrutura das polícias, faz-se necessária capacitação de outros profissionais que lidam com e julgam crimes de trânsito para que estes não sejam menosprezados e para que a fiscalização do uso de álcool e drogas ao volante seja eficaz. **Unitermos:** Drogas; Trânsito; Fiscalização